

28^a REUNIÃO ANUAL DA ANPEd

**DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO APROVADO NA
REUNIÃO DO FORPRED**

CAXAMBU 15/10/2005 E 16/10/2005

Avaliação da Pós-Graduação: diretrizes, critérios e indicadores.

Sumário

Apresentação

1. A trajetória histórica da avaliação da pós-graduação.
2. Do processo avaliativo: problemas e perspectivas.
3. Diretrizes e critérios para a construção de uma nova sistemática de avaliação.
4. Indicadores gerais da avaliação comuns a todas as áreas..
5. Critérios e indicadores específicos às diversas áreas de conhecimento

Conclusão

Bibliografia

GRUPO GESTOR

Alda Judith Mazzotti / ESTÁCIO
Antônio Joaquim Severino/USP
Clarilza Prado de Souza / PUCSP
Cleide Rita Silvério Almeida / UNINOVE
Helia Sonia Raphael / UNESP
José Eduardo Manzini / UNESP
Luis Aguilar / UNICAMP
Maria Eugênia Castanho / PUCCAMP
Marilia Geraes Claret Duran / UMESP
Osmar de Souza /FURB
Paulo de Tarso Gomes / UNISAL
Rita Amélia /PUCMG
Stela Maria Meneghel / FURB
Teresa Esteban do Valle / UFF
Yoshie Ferrari Leite / UNESP

Apresentação

Este é um documento de trabalho elaborado com a finalidade de servir de base para a discussão do processo de avaliação da pós-graduação no Brasil, visando suscitar diretrizes e subsídios para a elaboração de um novo modelo avaliativo, apto a fazer avançar e aprimorar o modelo vigente. Trata-se de discussão a ser estendida a toda a comunidade científica envolvida com o processo de avaliação da pós-graduação nacional, em todos os setores e áreas de conhecimento, com vistas à construção coletiva desse novo modelo de avaliação.

Embora reconhecendo a importância e a validade do processo avaliativo em se tratando da pós-graduação, a comunidade científica tem identificado limitações na concepção e aplicação do modelo vigente, o que tem gerado insatisfação com seu desempenho bem como convicção da sua insuficiência e da necessidade de seu aprimoramento. Em consequência disso, entende-se oportuno lutar por mudanças do atual modelo, buscando agregar a ele subsídios que o complementem, o aprimorem e o consolidem, atribuindo-lhe assim condições para que a avaliação exerça, da melhor forma, o seu relevante papel. Entende-se também tratar-se de questão de interesse de toda a comunidade da pós-graduação nacional, em todas as áreas científicas integradas ao sistema. Este esforço com vistas à consolidação e ao aprimoramento do modelo vigente tem como perspectiva a concepção da avaliação como um processo que seja simultaneamente crítico, articulado a uma vontade política de transformação da prática educacional e científica; democrático, ao garantir a participação dos agentes da pós-graduação na construção de sua própria experiência e pedagógico, enquanto fator de formação e de desenvolvimento dos agentes e destinatários bem como dos próprios Programas¹.

A proposta é compreendida como a elaboração de um documento de base, a ser concebido e construído delineando uma política geral de avaliação da pós-graduação, mediante a qual possam ser redefinidos, a partir da experiência acumulada e de novas análises, os critérios da avaliação, os perfis e as atribuições das instâncias envolvidas no processo.

Reafirmando a convicção quanto à relevância, necessidade e validade do processo avaliativo bem como a exigência de rigor na sua aplicação, os proponentes entendem que o modelo sugerido pode garantir adequada articulação entre os elementos qualitativos e as referências quantitativas, sua efetiva execução por pares legitimados, escolhidos diretamente pelo conjunto da comunidade das respectivas áreas, sem interferência de procedimentos cerceadores da sua autonomia, o reconhecimento das especificidades das diversas áreas do conhecimento bem como as peculiaridades dos Programas, decorrentes de suas condições históricas, respeitando-se suas diferenças.

A proposta contempla os diversos indicadores aos quais deve-se reportar a avaliação, tais como a produção científica, o impacto social dessa produção, a liderança nacional, a interlocução internacional, financiamentos alcançados pesquisa instalada bem como outros aspectos pertinentes à natureza desse processo, considerados relevantes. Prevê igualmente mecanismos para a execução do processo avaliativo, redefinição na forma de escolha dos representantes de áreas e dos respectivos membros dos comitês avaliativos.

Em cinco passos, o documento apresenta a seguinte estrutura: num primeiro momento, foi feita uma breve retomada e um resgate da trajetória histórica da experiência da pós-graduação no Brasil, bem como da discussão presente, no seio da comunidade, sobre a temática do alcance, da natureza e da sistemática da avaliação da pós-graduação brasileira. Busca-se, com

¹ Saul. Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. In: Fávero, Osmar. 1998. p. 5.

isso, mostrar que não se trata de assunto novo e que o problema acompanha a pós-graduação desde sua implantação no país. Ao mesmo tempo, visa-se igualmente explicitar as diversas perspectivas e planos da problemática colocada e debatida, criando-se assim um contexto adequado para se dar continuidade a essa discussão.

O segundo momento aborda os fundamentos políticos da avaliação, explicitando-se o papel da pós-graduação no Brasil, a responsabilidade do poder público bem como o papel que cabe ao conhecimento científico no contexto latino-americano e no contexto atual globalizado. Parte-se da premissa de que apenas a relevância social de suas temáticas e o compromisso radical com a construção da cidadania pode legitimar a educação. Outro não é o fundamento legitimador da pós-graduação: se é lugar de produção de conhecimento e de formação de pesquisadores, ela o é na exata medida em que compromissa esse conhecimento com a emancipação humana. Nesta etapa, apresentam-se os fundamentos teóricos do processo avaliativo. À luz das contribuições teóricas mais recentes, explicitam-se as categorias e conceituações relacionadas com o sentido desse processo, suas características e exigências. A comunidade científica envolvida com a prática da pós-graduação acumula um conjunto de elementos e de argumentos que problematizam a avaliação em curso. Por isso mesmo, pode contribuir com instrumentos e referências fundamentais para outra prática de avaliação, sem comprometer as finalidades substantivas da pós-graduação.

Numa terceira etapa, busca-se delinear as diretrizes e critérios que devem presidir ao processo avaliativo dos programas e cursos de pós-graduação.

No quarto momento, apresentam-se, numa perspectiva mais operacional os indicadores comuns a todas as áreas do conhecimento, que servem de referências concretas para a prática da avaliação enquanto, no quinto tópico do documento, abre-se espaço para a apresentação de indicadores específicos a cada uma das grandes áreas do conhecimento que estruturam o campo geral da pós-graduação.

O quinto momento deverá conter, futuramente, a delimitação e a descrição dos indicadores específicos a cada área de conhecimento no âmbito das quais se desenvolvem os Programas de Pós-Graduação no Brasil.

1. A trajetória histórica da avaliação da pós-graduação²

A preocupação com a questão da avaliação não é recente para os pesquisadores nacionais. Introduzido na década de 70, o modelo adotado pela Capes tinha como objetivos declarados orientar o investimento financeiro das agências federais na formação de recursos humanos de alto nível, particularmente no que concernia à distribuição de bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos, subsidiar a política educacional relativa à pós-graduação bem como dotar o país de um sistema permanente de informações sobre esse nível de ensino. O modelo definia que a avaliação seria baseada nos produtos, enfatizando os dados objetivos e quantificáveis. Deveria ser feita por pares, mediante a análise conduzida por comissões de especialistas, uma para cada área de conhecimento, sendo que a partir de 1980, essa análise deveria ser complementada por visitas in loco, feitas por consultores das respectivas áreas.

² Este item foi elaborado com base no texto *Reavaliando as avaliações da Capes*, de autoria de Osmar Fávero, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF e membro Grupo Gestor, texto que produziu a pedido da Anped, em 1998, por ocasião de discussão desta temática por aquela entidade.

Estes continuam sendo os objetivos do procedimento da Capes, podendo-se, no entanto, acrescentar pelo menos mais dois outros objetivos: regular a expansão da pós-graduação, mediante o controle da incorporação de cursos novos e credenciar esses cursos, dando validade nacional aos certificados que expedirem.

Ao longo da década de 80, a Capes consolidou a sistemática da avaliação, introduzindo alguns aprimoramentos, dentre os quais se destaca a consulta aos Programas para a indicação da Presidência das áreas bem como dos consultores que integrariam os diversos Comitês de avaliação.. No instrumental de coleta de dados, incluiu o Formulário F, no qual se podia complementar informações e considerações que o simples registro dos dados não permitissem ser identificadas, abrindo assim um primeiro espaço para a expressão da auto-avaliação dos Programas.

No início da década de 90, a Capes, então transformada em Fundação, opera mudanças em sua estrutura e na forma de proceder a avaliação, visando modernizar a sistemática.. Identifica-se como decorrentes dessas mudanças, a ampliação do número das Comissões de Avaliação, por subdivisões de áreas que eram consideradas muito grandes, o CTC passa igualmente por uma reestruturação, troca-se a designação de Presidente para Coordenador de área, -- o que indicava um enfraquecimento da função--, é definido o perfil dos cursos A, enfatizando-se, desde então como característica fundamental desse perfil o “padrão internacional” do curso. A Capes procurou também aperfeiçoar os formulários de coleta dos dados e das fichas de avaliação, utilizadas como base para os laudos que deveriam servir de lastros para os pareceres avaliativos.

A Capes se preocupava com a perda do poder de discriminação na classificação adotada, ocorrendo atribuição de muitos conceitos A e B e a aplicação de critérios muito diferenciados na atribuição desses conceitos. Via aí indícios de elevado subjetivismo e corporativismo exacerbado, provocando diferenças sensíveis entre cursos de mesmo conceito até numa mesma instituição. Em decorrência disso, a Capes pressiona a comunidade científica no sentido da adoção de um padrão comum a todos, desestimulando as diferenças e peculiaridades.

Nessa mesma década, a Capes contrata uma comissão internacional, composta por especialistas estrangeiros em avaliação, para fazer uma análise dos critérios e procedimentos do sistema e para encaminhar recomendações, ao mesmo tempo que contrata a COPPE/UFRJ para informatizar a sistemática da avaliação. Mas as sugestões dessa Comissão concernentes à prática coordenada de financiamento pelas agências de fomento e à inadequação de uma avaliação precoce dos programas novos não foram implementadas. Do mesmo modo, não foram incorporadas as recomendações de simplificação dos instrumentos de coleta de dados, da relevância das visitas *in loco*, particularmente no caso de rebaixamento de Programas, inclusão de indicadores referentes à infra-estrutura, ao suporte técnico e aos fundos para a pesquisa, introdução de procedimentos que garantissem o acompanhamento das ações decorrentes das avaliações e a efetivação dos processos de auto-avaliação.

Nos últimos anos da década de 90, confirmam-se tendências de mudanças substanciais no modelo da pós-graduação brasileira, com impactos diretos na sistemática da avaliação. Medidas concretas foram unilateralmente tomadas significaram a redução de tempo de titulação, redução da duração das bolsas, proibição de acúmulo de bolsa e salário, redefinição do mestrado articulada a um privilégio do doutorado, introdução do mestrado profissional.

De acordo com sua auto-definição³, a Capes entende que, no momento, sua contribuição é essencial para:

- a. impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- b. contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão externa sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- c. dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- d. estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os programas que atendem a tal padrão;
- e. fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação;
- f. contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- g. oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

O ano de 2005 já tem o seu lugar marcado nessa história da pós-graduação: a Capes lançou o **IV Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**⁴. Após a descrição da situação atual da pós-graduação e da apresentação das diretrizes gerais, o Plano apresenta os cenários de crescimento da pós-graduação e as metas e orçamento. Sua síntese conclusiva é que “o sistema nacional de pós-graduação, enquanto eixo estratégico do desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social do país, deve procurar atender às necessidades nacionais e regionais e continuar contando com políticas públicas que o façam crescer com qualidade e relevância”.

No concernente à avaliação, o Plano afirma que “a avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto dos resultados na comunidade acadêmica e empresarial e na sociedade”. Os índices propostos dão ênfase à produtividade dos orientadores e à participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação. Os índices devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo.

A pós-graduação deve ser aferida pela qualidade da produção científica e tecnológica dos grupos de pesquisa que a compõem. O número de doutores titulados que saíram da Iniciação Científica diretamente para o Doutorado deverá ser levado em conta na classificação dos centros de pós-graduação. A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valorizada, uma vez que indica uma maior inserção do Programa na sociedade.

³ Portal da Capes [www.capes.gov.br/avaliação], acessado em 03/10/05;

⁴ Portal da Capes [www.capes.gov.br/PNPG], acessado em 03/10/05.

Em relação aos critérios de avaliação, sugere-se:

- Preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação brasileira, como um sistema de certificação e referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa;
- Manutenção da periodicidade das avaliações, assim como o sistema de aquisição de dados nos moldes do DATA-CAPES;
- Consideração de impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação);
- Avaliação da produção tecnológica e seu impacto e relevância para o setor econômico, industrial e social, através de índices relacionados a novos processos e produtos, expressos por patentes depositadas e negociadas, por transferência de tecnologia e por novos processos de produção que poderão dar uma vantagem competitiva ao país;
- Incentivo à inovação através da adoção de novos indicadores, que estimem o aumento do valor agregado de nossos produtos e a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado. Um maior peso deve ser dado a processos inovadores, que refletirão em maiores oportunidades de emprego e renda para a sociedade;
- A avaliação de cada área deverá também ser expressa com indicadores relativos à sua expressão científica e social no contexto nacional e internacional;
- Fortalecimento das atuais atribuições dos órgãos superiores da CAPES, principalmente as referentes à avaliação, autorização de cursos novos e o seu credenciamento, com vistas à manutenção do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- Identificação, por meio do processo de avaliação, das questões ou problemas relevantes para a orientação e indução da expansão e desenvolvimento da pós-graduação nacional;
- Indução da pós-graduação, mediante constante atualização dos indicadores empregados, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das prioridades estratégicas do País;
- Diversificação do sistema de avaliação de forma a possibilitar a análise de diferentes modelos de pós-graduação;
- Introdução de processos de avaliação qualitativa dos produtos dos programas de doutorado e mestrado, incluindo na avaliação produtos até hoje sub-avaliados, como os livros, nas áreas de Humanidades, patentes e tecnologias, nas áreas pertinentes e, em especial no caso dos Mestrados Profissionais, o destino dos egressos;
- Maior transparência do sistema, que deverá ser mais amigável e completo e que, com a recomendação que paulatinamente se tornará mandatória de que os programas tenham páginas web com conteúdos científicos, deverá também passar a ser um instrumento de difusão de conhecimento”.

O Plano, além da continuidade que dá aos esforços de modernização e agilização do sistema no seu conjunto, indica avanços significativos na explicitação do conceito da pós-graduação como *locus* da construção do conhecimento e na percepção da importância de sua vinculação aos interesses maiores da sociedade brasileira. Assim, várias de suas perspectivas convergem com aquelas defendidas neste documento.. Mas, ao mesmo tempo, não acena com todas as mudanças que se fazem necessárias no sentido de garantir um novo procedimento avaliativo

que supere os problemas que têm se colocado à comunidade pós-graduada do Brasil.

2. Do processo avaliativo: problemas e perspectivas.

2.1. A pós-graduação no contexto da sociedade brasileira.

A discussão sobre a pós-graduação, em geral, e sobre o processo avaliativo, em particular, pressupõe a discussão lúcida e competente sobre o papel da ciência, da pesquisa e do ensino na sociedade brasileira. Esta é a questão substantiva, o ponto nodal, pois é em função desse significado que se pode atribuir sentido aos desdobramentos teóricos e aos investimentos práticos relacionados com a educação científica em geral. Trata-se de avaliar, preliminarmente, o efetivo compromisso com a relevância social. A legitimação de todos os processos e procedimentos relacionados com a prática científico-educacional só pode ser encontrada na convergência com os valores e objetivos responsáveis pela emancipação das pessoas no seio da sociedade histórica bem como pelo desenvolvimento sustentável dessa mesma sociedade. É essa premissa que torna políticas a prática científica e a prática educativa. A pós-graduação não pode ser considerada fora desse contexto, como se estivesse desvinculada do compromisso da educação com a construção de um projeto de transformação da sociedade. Por isso, há que enfatizar o caráter público do conhecimento produzido na Pós-Graduação, evidenciando seus compromissos sociais e políticos com a compreensão e busca de soluções para os problemas cruciais enfrentados pela sociedade brasileira em cada área de conhecimento especificamente. O compromisso da Pós-Graduação com o avanço do conhecimento deve ser articulado à investigação de problemas socialmente relevantes, considerando as demandas das camadas desprivilegiadas da população.

A educação, como prática de intervenção social, é concebida como mediação das práticas de trabalho, de vida social e de cultura simbólica, práticas que, por sua vez, constituem as mediações da própria existência histórica dos seres humanos. Por isso, ao se refletir sobre a pós-graduação, impõe-se começar perguntando sobre seus compromissos com a construção da democracia e da cidadania, formas atuais de expressão da qualidade de vida que seja testemunho e aval da emancipação humana.

Assim, no que concerne à realidade brasileira, esse compromisso com a construção de uma nova sociedade implica conceber e praticar a ciência e a educação de modo a fazer delas instrumentos da emancipação humana, tanto no plano pessoal como no plano coletivo, levando-se em conta as precárias condições de existência em que ainda se encontra a maioria da população brasileira. Embora destinada a todos, a educação prioriza o atendimento àquelas pessoas que mais se encontram afastadas das condições objetivas mínimas de uma existência digna e justa. São reconhecidas as carências que marcam a nossa sociedade, seja no âmbito da situação sócio-econômica, seja no universo das relações políticas ou na esfera da cultura simbólica. Embora a educação não seja o instrumento direto de mudança dessa realidade, ela tem uma significativa contribuição a dar nesse processo de transformação e desenvolvimento social.

A pós-graduação no Brasil já completou cerca de 40 anos e é uma experiência consolidada, tendo atingido significativo êxito, com bons resultados a contabilizar. Valiosa foi sua contribuição para o melhor conhecimento da problemática da realidade brasileira bem como para a qualificação de um expressivo contingente de profissionais dos mais diferentes campos do saber e da tecnologia.

Há que se reafirmar a natureza da pós-graduação como lugar de produção de conhecimento e da decorrente centralidade da pesquisa. Com efeito, à luz de uma concepção crítica do processo do conhecimento, de ensino e de aprendizagem, todos os momentos e espaços do ensino superior deveriam estar perpassados pela postura e pelas práticas investigativas. Com maior razão ainda, no âmbito da pós-graduação, essa postura é absolutamente imprescindível, pois a prática sistematizada da investigação científica encontra aí o seu lugar, uma vez que sua atividade específica é a própria pesquisa.

A realização da pesquisa científica está no âmago do investimento acadêmico exigido pela pós-graduação e é o objetivo prioritário dos pós-graduandos e seus professores. Até mesmo o processo de ensino/aprendizagem nesse nível é marcado por essa finalidade: desenvolver uma pesquisa que realize, um ato de criação de conhecimento novo, um processo que faça avançar a ciência na área. Ainda que muitas vezes a preocupação mais explícita seja aquela do aprimoramento da qualificação do docente para o ensino superior ou do profissional em sua área de conhecimento. Em qualquer hipótese, esse aprimoramento passará necessariamente por uma prática efetiva da pesquisa científica.

A existência da pós-graduação tem como justificativa substantiva sua destinação à produção do conhecimento através da prática da pesquisa articulada à formação de novos pesquisadores. Trata-se de se fazer ciência e não apenas de transmiti-la. Impõe-se, então, o desenvolvimento de fundamentação teórica, de reflexão sistemática, de levantamento de dados empíricos, documentais ou históricos. O que está, pois, em pauta, é a abordagem de objetos específicos, mediante rigoroso trabalho de pesquisa e de reflexão, apoiado num esforço de fundamentação teórica. Como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento novo, mediante construção sistemática e permanente, a pós-graduação não se prioriza como simples processo de escolarização, uma vez que, no seu âmbito, a escolaridade destina-se prioritariamente a subsidiar a formação para a pesquisa.

Mas, por outro lado, é preciso não perder de vista que toda esta valorização da pesquisa em nada desqualifica a importância que tem o desenvolvimento das competências pedagógicas do pós-graduando que, em nosso contexto, tem significativa atuação na docência universitária.

Ao se refletir sobre a pós-graduação, como prática científica e educativa, reafirmam-se os seus compromissos com a construção da cidadania, entendida esta como modalidade de uma qualidade de vida, aval da emancipação humana. No entanto, pelo que a ciência e a educação representam de relevância social e de necessidade estratégica para o desenvolvimento do país, a existência de cursos de pós-graduação, devidamente consolidados, é uma intrínseca exigência político-social.

Nesse contexto conceitual abrangente da educação, há que se concluir que a pesquisa a ser desenvolvida no âmbito da pós-graduação, além de privilegiar temáticas e objetos socialmente relevantes, deve engajar os pós-graduandos, seus professores e o próprio programa como lugar institucional de produção de conhecimento, como sujeito social e coletivo que é, na finalidade intrínseca e imanente do conhecimento: contribuir para a emancipação dos homens, investindo nas forças construtivas das práticas reais mediadoras da existência histórica.

2.2. Poder público e gestão da pós-graduação

A criação da CAPES como agência de fomento da pós-graduação no Brasil representou um significativo avanço para a educação brasileira e isso é o principal fator da qualidade de seu desenvolvimento. Esse fomento é realizado mediante um acompanhamento sistemático da atividade do setor, mediante sua avaliação rigorosa e elevado apoio financeiro através da

concessão de bolsas de mestrado e de doutorado bem como do suporte de vários Programas complementares.

A atual política educacional do governo brasileiro, em implementação pelo Ministério da Educação, enfatizando a produtividade e a competitividade, está repercutindo intensamente na política de pós-graduação, com implicações bastante graves para esse segmento. A cobrança por um nível de excelência, entra em contradição com medidas que, comprovadamente, comprometem as próprias condições de qualidade dos Programas. Assim, tem-se constatado uma forte tendência à desqualificação do mestrado acadêmico como estágio intermediário relevante entre a graduação e o doutorado. A Capes vem insistindo, primeiro, na necessidade de redução de prazo para o mestrado, em seguida, na sua flexibilização e, finalmente, na sua extinção pura e simples. Essa orientação se coaduna perfeitamente com a ênfase que vem sendo posta no mestrado profissional e a evidente redução de recursos para bolsas de mestrado, o que, por sinal, se pode identificar também nas demais agências de fomento, de um modo geral. A alegação é a de que se deve priorizar o doutorado, o que seria uma tendência internacional.

Por outro lado, nas condições históricas pelas quais estamos atravessando, nessa passagem de século, não há como eximir o poder público de suas responsabilidades com a pós-graduação, descartada a possibilidade de que esse segmento de ensino possa se manter e desenvolver, adequadamente, só pela iniciativa privada. A limitação do financiamento público para a educação de modo geral e para a pós-graduação, de modo particular, pode comprometer de vez a produção de conhecimento no país.

No que concerne ao processo de avaliação, o modelo até agora sustentado pela CAPES prevê atos técnicos e jurídicos para a recomendação e credenciamento dos Programas, atos que são reiterados periodicamente, à vista dos resultados das avaliações periódicas. Desde a primeira avaliação, formulada quando da solicitação de recomendação do Programa, todo o encaminhamento do processo funda-se nos resultados da avaliação, feita e homologada em diferentes instâncias. Assim, na base do processo encontra-se a autorização de funcionamento pelos Colegiados Superiores da Universidade, a seguir a análise pelo Comitê da Área da proposta do Programa cujo parecer é, na seqüência, apreciado pelo CTC (Conselho Técnico Científico) da CAPES que o recomenda ou não. Em seguida, essa recomendação é reconhecida ou não pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para, finalmente, ser homologado ou não pelo próprio Ministro da Educação.

Três questões básicas precisam ser levantadas e discutidas: a primeira diz respeito à própria estrutura de poder que está por trás desse modelo. Alega-se que a produção e o desempenho dos docentes pesquisadores dos Programas são avaliadas pelos seus próprios pares. O comitê é formado de especialistas indicados formalmente pelos Programas e pelas entidades científicas correlatas. Mas aqui se escondem dois problemas: um diz respeito a essa condição de “pares”, pois não se leva na devida consideração as diferenças e peculiaridades das diversas áreas que compõem o todo do sistema. Se é verdade que todos os membros do Comitê são da área avaliada, o mesmo não acontece nas outras instâncias do modelo. Nem todos os parâmetros avaliativos podem ser comuns, e o sistema não prevê espaço para possíveis especificidades. Além disso, a forte hierarquização de poder na montagem desses colegiados compromete a representatividade e a autonomia dos mesmos. O regime de listas para escolha dos representantes da área é, no mínimo, comprometedor de qualquer autonomia e, depois, o poder do representante de escolher, pessoalmente, os pares que vão formar o comitê, prejudica significativamente a autonomia que deve gozar um verdadeiro “par” que tem por tarefa avaliar o desempenho de seus colegas bem como compromete a própria representatividade do membro em relação às bases da comunidade da Área..

Entende-se como mais adequado o sistema no qual tanto o representante como os demais integrantes do Comitê sejam aqueles que foram os mais indicados na consulta que é feita aos Programas e Entidades científicas, respeitando-se critérios objetivos, a serem previamente estipulados, como a representação das diversas regiões do país. Dispensa-se assim o recurso às listas tríplexes e quintuplas.

A segunda questão diz respeito à exigência do reconhecimento de especificidades das diversas áreas do conhecimento quando da elaboração de critérios avaliativos, rediscutindo-se a fundo parâmetros aceitos como se fossem universais. Por exemplo, o impacto internacional da produção científica de uma área não é um fator de excelência no seu âmbito. Muitas vezes, o impacto nacional é muito mais relevante. Igualmente, a medida de excelência de um periódico pode não passar necessariamente pelo seu alcance internacional. O mesmo pode ser dito em relação a eventos científicos. Por sinal, é preciso valorizar a contribuição que o Programa está dando ao contexto regional em que se encontra situado, pois é aí que se encontra a relevância social de sua produção científica. O mais relevante é investir numa produção de qualidade internacional, levando-se em conta, simultaneamente, a universalidade do saber e o contexto de sua produção.

A terceira questão diz respeito ao próprio caráter da avaliação enquanto instrumento de política científica e educacional. Ela precisa ser efetivamente uma avaliação diagnóstica, voltada para roteirizar o planejamento das ações e o aprimoramento dos Programas. Processo de diagnose, a partir do que se montarão mecanismos de apoio. Isso implica um redimensionamento do tempo e do espaço. É preciso de tempo para se instaurar uma tradição de pesquisa e de distribuir melhor os espaços culturais, levando em conta a própria diversidade do país, tanto no plano cultural como no plano geográfico.

3. Diretrizes para avaliação pós-graduação.

Da natureza da avaliação em geral

A avaliação da pós-graduação, a ser feita pelos pares, deve ter caráter processual, contemplando a auto-avaliação, e sem conotação classificatória. O processo avaliativo deve combinar momentos de avaliação interna com etapas de avaliação externa, esta a ser conduzida pela Capes. Em ambos os casos, ter sempre presente que se trata de uma avaliação de cunho mais institucional, a ser feita sobre o Programa como entidade e não como um somatório de avaliações de docentes agregados. A avaliação deve direcionar-se no sentido de servir de referência para o aprimoramento do Programa, não para definir uma classificação no interior de um universo de uma determinada categoria ou para servir de base de premiação ou de punição.

A avaliação deve ter caráter diagnóstico, servindo de roteiro para a orientação e aprimoramento dos Programas. Por isso não deve ser expressa por notas que levem a um ranqueamento rígido, de cunho classificatório e com efeito de premiação/punição. A finalidade principal da avaliação é tanto subsidiar os processos de tomada de decisão das agências e das instituições às quais os Programas estão vinculados quanto acompanhar a efetividade das medidas tomadas para assegurar o contínuo aprimoramento do Programa. Ela deve viabilizar a produção de um diagnóstico que descreva os resultados, o sentido e a qualidade do desempenho do Programa em determinado contexto, as condições que foram oferecidas para sua obtenção e os processos que foram utilizados para obtê-los. Para tanto, o

modelo proposto deve centrar sua análise em 4 dimensões: as condições objetivas oferecidas ao Programa; o contexto sócio-político e institucional em que se insere o Programa; os processos de sua atuação do Programa bem como os produtos por ele alcançados.

O processo avaliativo deve apoiar-se em critérios, parâmetros e indicadores que reconheçam e assegurem a autonomia das diferentes Áreas de Conhecimento e dos Programas sem abrir mão de sua articulação com um projeto nacional de Pós-Graduação, de modo a estimular ações integradoras balizadas pela crítica à realidade brasileira e pelo compromisso com a superação dos problemas identificados. Assim, a avaliação de cada Programa ao considerar suas particularidades deve também levar em conta sua relação com um sistema de Pós-Graduação ao qual se articula, pois cada Programa não constitui uma unidade isolada. A avaliação deve ter como referência importante os objetivos do Programa, mas ao realizar-se deve considerar a relação entre os objetivos do Programa e os objetivos comuns à Pós-Graduação.

Da periodicidade da avaliação

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação ocorrerá quadrienalmente, sugerindo-se que o momento da avaliação externa, conduzida pela Capes, ocorra em duas etapas bienais: no fim do primeiro biênio, a Capes analisa os dados, manifestando-se sobre a situação do Programa, sem avaliação; no final do quarto ano, fará o processo completo de avaliação, com base nos dados dos 4 anos. Quanto aos momentos de avaliação interna, eles devem ser realizados nos finais do primeiro e terceiro anos, servindo os pareceres dessa auto-avaliação como subsídios para a análise e a avaliação a serem promovidas pela Capes.

Dos avaliadores externos

Com relação à avaliação externa, ela deve ser realizada por pares, como atualmente, mudando-se contudo a forma de escolha do Representante de Área bem como dos integrantes do comitê, forma que será oficializada. A escolha dos integrantes da representação de área será feita mediante consulta universal aos Programas e Associações da área. O mais indicado será o Representante, e os membros do Comitê serão escolhidos, na seqüência, entre os mais votados, respeitados os seguintes critérios: 5 representantes, sendo 1 de cada região do país, escolhidos na seqüência da lista dos mais votados; os restantes para completar o comitê, serão definidos proporcionalmente por região, combinando-se o critério da representatividade regional com o critério da representatividade de área, levando-se igualmente em conta a representatividade dos Programas consolidados.

Dos resultados da avaliação

Considera-se como padrão de excelência de um Programa o pleno alcance de seus objetivos, tanto daqueles gerais relacionados à produção do conhecimento científico, como daqueles específicos a sua área de conhecimento. Esses objetivos devem constar explicitamente da proposta do Programa. Consideram-se os objetivos gerais de toda pós-graduação: a produção de conhecimento novo, realizada com rigor metodológico e vigilância epistemológica; a formação qualificada de novos pesquisadores; a qualificação para a docência universitária, o aprimoramento da formação teórica e especializada no campo específico de conhecimento em que se insere o Programa bem como o aprofundamento da qualificação profissional. A aferição do desempenho do Programa levará em conta tanto o índice de incidência dos indicadores dessa realização como a própria qualidade das atividades que a mediam. (Unb)

Os pareceres devem ser descritivos e analíticos, identificando os pontos positivos e negativos, registrando a situação dos Programas em 4 níveis: **excelente, bom, razoável e insuficiente**, conforme o grau de realização dos critérios de qualidade.

Os Programas que forem considerados ainda insuficientes, ao término da avaliação quatrienal, não serão descredenciados, mas disporão de mais um biênio para tomar as medidas aptas a superarem as lacunas identificadas. Se ao final do biênio, estiver mantida sua insuficiência, aí sim deverão ser desativados. No caso de Programas novos, eles só poderão iniciar seu funcionamento se na avaliação inicial não forem considerados insuficientes.

Da proposta formativa do Programa

Para aquilatar a pertinência e a qualidade da proposta formativa do Programa, cumpre levar em conta sua organicidade, ou seja, a coerência entre currículo, linhas de pesquisa e produção efetiva. Que o Programa tenha claramente definido seu campo temático de investigação e de produção de conhecimento.

Da produção científica docente e discente

A prática da pesquisa e seus resultados constituem referência fundamental para a definição de indicadores da avaliação. Assim, o efetivo envolvimento dos docentes e discentes do Programa com a execução de pesquisas é elemento a ser priorizado na avaliação. Deve ser aferido pela apresentação dos relatórios parciais e finais do andamento da pesquisa.

Considera-se também como indicadores valiosos as publicações que tenham sido aprovadas por algum sistema de avaliação prévia: as dissertações e teses defendidas pelos pós-graduandos (aprovadas por bancas qualificadas); os artigos científicos em periódicos com comitês de *referees*; os trabalhos integrais de eventos, publicados em Anais, quando o evento proceder à escolha dos trabalhos mediante atuação de comitês científicos; os livros e capítulos de livros quando publicados por editoras que aprovam os textos mediante pareceres de especialistas editoriais.

Considera-se adequado o sistema de qualificação prévia dos periódicos, eventos e livros, tal como realizado pelo Qualis, na medida que representa estímulo e roteiro para a produção da área, orientando particularmente os novos ingressantes na pesquisa. Mas na análise dos veículos de divulgação da produção científica, impõe-se valorizar também o impacto das publicações no meio social.

A produção discente deve ser avaliada principalmente com base nas dissertações e teses produzidas, seguindo-se as demais modalidades de produção. As dissertações e teses são consideradas a riqueza maior dos programas. É a inclusão permanente de uma nova geração no âmbito da investigação científica, devendo ter o valor significativo na avaliação junto com a produção científica..

Quanto à garantia de qualidade desses trabalhos, um critério significativo é a presença de membro externo nas bancas. Também pela capacidade do núcleo central do Programa, constituído pelo quadro permanente, em atender maior parte do volume de atividades (docência, pesquisa e orientação), de modo a não criar dependência do Programa em relação a docentes externos colaboradores e visitantes, cuja participação só se justifica como enriquecimento do Programa.

Dos prazos de titulação

Com relação aos prazos para titulação dos alunos, levar em conta a especificidade e a processualística do trabalho científico de cada área, de tal modo que não seja um calendário único para todas as áreas. No entanto, deve-se levar em conta o fluxo ingresso/saída dos alunos.

Do impacto social do Programa

O impacto social, entendido como o grau de efetiva contribuição gerada pelo Programa no seio da comunidade local, regional, nacional e internacional, é indicador importante a ser levado em conta em sua avaliação. Para registrar e identificar esse indicador, deve-se levar em conta a inserção do Programa na comunidade, mediante a participação de seus integrantes, incluindo os egressos, em projetos sociais de sua área, sua participação na gestão dos sistemas públicos e privados, a contribuição em termos de cooperação interinstitucional na consolidação de Programas existentes e na gestação de novos Programas, a participação do Programa em projetos de interesse social, do âmbito da extensão.

Da inserção internacional

A inserção internacional do Programa, sob suas diferentes modalidades, é considerada referência igualmente importante para avaliação. Isso porque, dependendo da natureza da área, a repercussão nacional pode ser mais relevante do que a internacional. Por isso, também quanto a esta dimensão, deve ser levada em conta a especificidade de cada área.

Mais que internacionalização no sentido geográfico, deve-se levar em conta o padrão internacional de qualidade próprio de cada campo de conhecimento. O que se espera é que a produção científica de cada área atinja esse padrão internacional de qualidade, o que supõe mais critérios epistemológicos do que jurisdicionais.

Da qualificação do corpo docente

Levar em conta a relação entre a especialidade de formação e a área de concentração em que o docente atua. Mas isso não deve ser tomado de uma perspectiva meramente burocrática, pois o que deve prevalecer é o nível de identificação que ele constrói com essa área ao longo de sua trajetória.

O tempo de titulação do docente é variável importante mas relativa (recém-doutor, formado há muito tempo,...). Também aqui o que deve contar é a experiência acumulada. É preciso atentar também para a importância da inclusão de quadros novos na equipe do Programa. Por isso, cabe ao Programa estabelecer, com relação ao tempo de titulação, os critérios para o credenciamento do docente, levando em conta suas necessidades acadêmicas e institucionais..

É preciso que o processo avaliativo articule bem tanto a exigência do desempenho individual de cada docente com o desempenho coletivo do Programa, evitando-se a marcação negativa eventual de docentes isoladamente.

Com relação à apresentação de trabalhos, levar em conta apenas os trabalhos publicados integralmente nos Anais.

A participação com trabalhos registrados apenas sob a forma de resumos ou sem apresentação de trabalho tem menos valor, mas também devem constituir referências positivas para

avaliação uma vez que expressa preocupação dos participantes com seu enriquecimento científico e aprimoramento formativo.

Dos requisitos técnicos dos relatórios.

O sistema de coleta Capes deve apoiar-se em programa informático adequado para dar conta de todos os elementos a serem apresentados pelos Programas e que entrarão no cômputo para avaliação. O sistema de coleta deve ficar permanentemente aberto para que o registro dos dados possa ser feito ao longo de todo o período a ser avaliado, de tal modo que estejam sempre disponíveis e não haja restrição de tempo para seu lançamento.

Os relatórios a serem encaminhados à Capes para fins de avaliação externa devem se constituir de duas partes: a primeira, contendo o levantamento e o registro dos dados objetivos, tecnicamente quantificáveis, tabulados pelo Coleta Capes; uma segunda parte, a ser constituída por relatos discursivos nos quais os Programas relatem o seu efetivo desempenho no que concerne à efetiva contribuição que o Programa deu, no período sob avaliação, a sua Instituição, à comunidade local, regional e nacional, explicitando o impacto resultante de sua atividade de produção científica.

Os indicadores e critérios devem ser definidos e divulgados com a necessária antecedência, não podendo mudar uma vez iniciado o exercício que será avaliado. Em que pese a complexidade desse processo avaliativo, é preciso garantir a transparência dos procedimentos, viabilizar seu acompanhamento. Para tanto, devem ser aplicados procedimentos facilitadores da coleta dos dados, com possibilidade de análises prévias parciais, on-line, pelo próprio Programa.

4. Indicadores gerais para avaliação, comuns a todas as áreas.

1. CONDIÇÕES OBJETIVAS DE INFRA-ESTRUTURA

Infra-estrutura física: prédios didáticos, prédios administrativos, espaços de pesquisa, salas de docentes, ambientes acadêmicos. Espaço físico do Programa destinado a professores e alunos.

Infra-estrutura técnico-pedagógica: bibliotecas, laboratórios, videotecas, hemerotecas, informática.

Infra-estrutura financeira: recursos orçamentários e recursos de fomento.

Recursos humanos: docentes, política de contratação dos docentes, tempo de dedicação.

Recursos humanos: técnicos de apoio às atividades de pesquisa, em laboratórios e em órgãos de suporte.

Recursos humanos: funcionários administrativos. Quantidade, qualificação, disponibilidade.

2. CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO E INSTITUCIONAL

Inserção do Programa nos mais diferentes contextos: internacional, nacional, regional e local.

Participação no atendimento regional das necessidades da área

A inserção e a contribuição do Programa em sua instituição: a tradição de pesquisa na instituição, a política de contratação de pessoal, a política de apoio ao trabalho do docente pesquisador, a existência de programa de iniciação científica

A alocação na comunidade e a contribuição dos egressos: nas diversas entidades econômicas, científicas, culturais

Capacidade de Programa na prestação de serviços à comunidade

Intercâmbio institucional do Programa.

Trajetória do Programa e liderança nacional

Atividades relevantes para a sociedade desenvolvidas pelo Programa

Inserção em instituições sociais

Inserção em atividades docentes

Inserção internacional:

Promoção de eventos

Intercâmbio por convênios de alunos

Doutorado Sandwich

Alunos estrangeiros no Programa

Professores estrangeiros visitantes

Apresentação de trabalhos em eventos internacionais

Estágios de pós-doutorado dos docentes

Estágios e pesquisas no exterior

Participação em comissões

Premiações internacionais

Captação de recursos externos

Participação de bancas de defesa no exterior

3. PROCESSOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA

Atividades de formação:

Proposta acadêmica do Programa: objetivos definidos

Organicidade: coerência entre objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular

Estrutura curricular: amplitude, abrangência, pertinência

Composição, qualificação, dimensão e abrangência do corpo docente.

Dedicação do corpo docente à pesquisa

Atuação didática: na pós-graduação e na graduação

Orientação de dissertações, teses, TCC e Iniciação científica.

Perfil do corpo docente

Atividades de pesquisa: integração em grupos cadastrados de pesquisa

Atividades de extensão de que os docentes da pós-graduação participam sistematicamente.

4. PRODUÇÃO DO PROGRAMA

Contribuição efetiva no desenvolvimento epistemológico da área.

Resultados da pesquisa institucional dos docentes.

Dissertações e teses defendidas.

Produção científica de docentes e discentes

Qualis

5. Critérios e indicadores específicos para cada área.

Esta parte do documento destina-se à explicitação, pelas diversas áreas do conhecimento em que se situam Programas de Pós-Graduação, de seus critérios e indicadores peculiares, que traduzam a especificidade de cada uma.

5.1. CIÊNCIAS AGRÁRIAS

5.1. . CIÊNCIAS AGRÁRIAS,

5.1. CIÊNCIAS DE ALIMENTOS

5.1. . MEDICINA VETERINÁRIA,

5.1. . ZOOTECNIA,

5.2. CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

5.2. .CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I

5.2. .CIÊNCIAS BIOLÓGICAS II

5.2. .CIÊNCIAS BIOLÓGICAS III

5.3. CIÊNCIAS DA SAÚDE

5.3. .EDUCAÇÃO FÍSICA,

5.3. ENFERMAGEM,

5.3. FARMÁCIA,

5.3. MEDICINA I,

5.3. MEDICINA II,

5.3. MEDICINA III,

5.3. ODONTOLOGIA

5.3. SAÚDE COLETIVA

5.4. CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA

- 5.4. .ASTRONOMIA
- 5.4. .CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
- 5.4. .ECOLOGIA/MEIO AMBIENTE
- 5.4. .FISICA
- 5.4. .GEOCIÊNCIAS
- 5.4. .MATEMÁTICA/PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA
- 5.4. .QUÍMICA

5.5. CIÊNCIAS HUMANAS

- 5.5.1. ANTROPOLOGIA/ARQUEOLOGIA
- 5.5.2. CIÊNCIA POLÍTICA
- 5.5.3. EDUCAÇÃO
- 5.5.4. ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA
- 5.5.5. FILOSOFIA/TEOLOGIA
- 5.5.6. GEOGRAFIA
- 5.5.7. HISTÓRIA
- 5.5.8. PSICOLOGIA
- 5.5.9. SOCIOLOGIA

5.6. CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

- 5.6. .ADMINISTRAÇÃO/TURISMO
- 5.6. .DIREITO
- 5.6. .ECONOMIA
- 5.6. .PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL/DEMOGRAFIA
- 5.6. .SERVIÇO SOCIAL/ECONOMIA DOMÉSTICA

5.7. ENGENHARIAS

- 5.7. .ENGENHARIAS I
- 5.7. .ENGENHARIAS II
- 5.7. .ENGENHARIAS III
- 5.7. .ENGENHARIAS IV

5.8. LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

5.8. .ARQUITETURA E URBANISMO

5.8. ARTES/MÚSICA

5.8. .COMUNICAÇÃO/CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

5.8. .LETRAS/LINGÜÍSTICA

5.9. MULTIDISCIPLINAR

Bibliografia

Documentos oficiais: CAPES, MEC, ENTIDADES

CAPES-SNPG: Políticas, normas e procedimentos. Documento 1. O processo de acompanhamento da pós-graduação.

CAPES/COMITÊ DE ÁREA. *Documento de área: educação*. Área de Avaliação 38: educação. Brasília: Capes, 2002.

CAPES. *Crêterios de excelência Grande Área de Ciências Humanas*. Brasília: Capes, 2002.

FORPROP. Região Sudeste. *Ata da reunião do dia 17 de dezembro de 2001*. (mimeo, s/d).

FORPROP. Região Sudeste. *Plano sudeste de pesquisa e pós-graduação: 1997-2001. Proposta de definição de políticas*. Versão Preliminar. (mimeo, s/d).

Outras fontes documentais:

A MUDANÇA de critérios da avaliação dos programas de pós-graduação: subsídios para uma tomada de posição da Área de Educação. Niterói, PPGDE da UFF, 7 p. (mimeo).

ANPED/ Fórum dos Coordenadores. *Relatório da reunião do Rio de Janeiro*. 10-11 de abril de 2002.

Avaliação da pós-graduação em educação: propostas em debate. Relatório do Seminário realizado na Feusp em 14/12/2001. Inclui textos de Sandra M. Zákia, *Avaliação da pós-graduação em educação: revendo contribuições elaboradas a partir dos anos 80* e de Ana Maria Saul, *Experiência de auto-avaliação da pós-graduação em educação: currículo, da Pucsp*. (São Paulo: Feusp, 2002)

Avaliando a avaliação da CAPES: problemas e alternativas. Texto de Eduardo Moacyr Krieger, do Incor/USP, s/d 5 p.

CAPES, *Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação: modelo a ser implantado em 1998*.

Considerações sobre avaliação da pós-graduação. Documento elaborado pelo Programa de Educação Matemática da Unesp/Rio Claro. Texto Marcelo Borba. 2003. 1 p.

Considerações sobre o sistema Capes de Avaliação. Documento da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande-MS.

Crêterios de excelência da Grande Área de Ciências Humanas. Documento preliminar da Grande Área. Brasília. 2002. 2 p.

DISCUSSÃO preliminar do Sistema de Avaliação da Capes. S/d 7 p.

Documento básico sobre o modelo de avaliação da Capes. Versão preliminar. Texto elaborado por comissão especial da Anped. (Bernadete Gatti, Osmar Fávero e Vera Placco) S/d .

FÁVERO, Osmar *Reavaliando as avaliações da Capes.* Rio de Janeiro, 1998. 16 p.

FAVERO, Osmar. *Reavaliando as avaliações da Capes.* Rio de Janeiro, 1998. 16 p. (mimeo).

KRIEGER, Eduardo M. *Avaliando a avaliação da Capes: problemas e alternativas.* São Paulo: Incor/USP, 1999. (mimeo).

MONTEIRO, Geraldo T. M. A avaliação da pós-graduação numa universidade emergente. *Revista da UNIG.* 1. ago. 1997.

PIMENTA, Selma Garrido e MARQUES, Waldemar, A pós-graduação em educação no Estado de São Paulo. In: Fazenda, Ivani C. e Severino, A.J. *Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão.* Campinas: Papirus, 2003.

Proposta de Modelo Alternativo de Avaliação da Pós-Graduação Documento da Universidade Católica de Brasília. 2003.

Reflexões sobre o documento elaborado pelo Grupo Gestor. Programa de Currículo / Pucsp. São Paulo, 2002. 2 p.

Reflexões sobre o modelo de avaliação da pós-graduação em educação. Chapada dos Guimarães, EDUFOCO, 2003. (Contribuição do Fórum dos Coordenadores da Região Centro-Oeste). 4 p.

Relatório Avaliação da pós-graduação. Fórum dos Coordenadores da Anped. Rio de Janeiro. 15-16 de maio de 2003.

Seminário sobre avaliação Capes. Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

Subsídios para a avaliação da pós-graduação. Relatório do Seminário promovido pelo Fórum Paulista de Pós-Graduação em Educação, realizado na Feusp, em 14 de março de 2003.

WARDE, Mirian J. *Informações complementares da Comissão de avaliação dos Programas de Pós-Graduação em Educação – 1998.* São Paulo, 1998. 16 p. (mimeo).

Outubro de 2005

Grupo Gestor